

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS: PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO E DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM ESPAÇOS EDUCATIVOS “OUTROS”

EDUCATIONAL PRACTICES IN THE ELDERLY LIVING GROUPS: PROMOTING ACTIVE AGING AND FAMILY AND COMMUNITY LIVING IN “OTHER” EDUCATIONAL SPACES

Amós Santos Silva
Allene Carvalho Lage
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Resumo

Este estudo teve por problemática central entender como são desenvolvidas as práticas educativas para pessoas idosas nesses espaços educativos “outros” que desencadeiam diversas formas de empoderamento da cidadania desses sujeitos, favorecendo a possibilidade de uma reflexão do sujeito em torno de sua condição sociocultural e suscitando-lhe o interesse de agir sobre o meio social e comunitário em que vive. Optou-se por uma abordagem de pesquisa do tipo qualitativa, na qual elencamos o método de estudo do caso alargado (SANTOS, 1983) como mais adequado para o referido trabalho, tendo como *locus* as atividades do Grupo de convivência ofertado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e neste realizaram-se, além das observações, entrevistas com: idosos participantes, psicóloga e assistente social do referido estabelecimento. Os resultados da pesquisa revelaram que nos grupos de convivência para idosos ocorre a promoção do Envelhecimento Ativo e da convivência familiar e comunitária para idosos conforme as diretrizes jurídicas e legais.

Palavras-chave: Práticas educativas. Idosos. Envelhecimento ativo.

Abstract

As a central problem, this study aimed to understand how these educational practices are developed for older people in these “others” educational places that trigger different forms of empowerment of the citizenship of those individuals, favoring the possibility of a reflection on the individual around their socio-cultural condition and making them interest in acting on the social and community environment in which they live. We chose a qualitative type of research approach in which we chose the method of study of the extended case (SANTOS, 1983) as the most suitable for the mentioned study, having as a centre of our observation the activities of the Group of Living offered by the Service of Coexistence and Strengthening of relationships, and in this place was realized besides the observations, interviews with: Elderly participants, Psychologist and Social Worker of said establishment. The results of the research revealed that in the groups of coexistence for the old people it occurs to the promotion active aging and family and community cohabitation for the elderly according to juristic and legal guidelines.

Keywords: Educational practices. Elderly people. Active aging.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Introdução

Ao longo dos anos, tanto no Brasil quanto nas demais partes do mundo, o envelhecimento demográfico mundial, a pressão por novas demandas político-sociais para o coletivo idoso e o aumento paulatino de mobilização desse grupo social promoveram uma maior notoriedade à temática da velhice. No decorrer dos anos, o afastamento desse grupo social da dinâmica central de uma sociedade baseada apenas na valorização do trabalho remunerado produziu uma imagem negativa da velhice e do envelhecimento, isso feito por causa da valorização exacerbada da inovação, da juventude, do progresso, e consequentemente, do consumo. Por isso, tal percepção negativa sobre a velhice se dá ao concatenar frequentemente esses sujeitos a algo ultrapassado, sem serventia e subjugados num processo contínuo de perdas físicas, psíquicas e sociais.

Ressaltamos, entretanto, que o trato para com a questão do envelhecimento obteve inúmeros avanços e transformações no que tange as legislações, pois, estando sempre à mercê da exclusão social e sendo considerados sujeitos sem serventia e sem direitos, na formulação de leis e elaboração de declarações e programas em prol da defesa do “ser” idoso passou-se a garantir os direitos fundamentais do coletivo idoso. Dentre várias diretrizes legais, trazemos a lume o Estatuto do Idoso, que representou um marco jurídico de seguridade dos direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

No Estatuto do Idoso encontramos as diretrizes normativas acerca das obrigações das entidades institucionalmente legalizadas que executam o atendimento social da população idosa no Brasil. Uma dessas instituições legalizadas para o atendimento da população idosa no Brasil são os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), estes centros são unidades públicas instaladas em territórios que apresentam índices elevados de população em situação de vulnerabilidade social, objetivando prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No que tange o atendimento ao idoso, ofertado no âmbito do CRAS, destacamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no qual são desenvolvidos grupos de convivência para idosos que fomentam diversas formas para o empoderamento da cidadania desses sujeitos, visto que essas atividades oferecem a possibilidade de uma reflexão no sujeito em torno de sua condição sociocultural, suscitando-lhe o interesse de agir sobre o meio social em que vive.

Para Mendes (2012), a relação do idoso com o social é de suma relevância, pois é nesse enlaçamento ao social que a envelhecimento mantém seu lugar de participação. Denotamos assim a importância da convivência com pessoas de diferentes gerações para interlocuções que podem fluir no contexto sociocultural. Nessa direção, a promoção da cidadania e da convivência familiar e comunitária para idosos propiciada nesses grupos de convivência torna-se como algo basilar para a derrocada das barreiras de relações criadas pelas construções culturais e políticas de discriminação e intolerâncias para com o “ser” idoso, propiciando maior percepção do idoso como um membro social ativo, rompendo também representações pejorativas em torno da velhice e proporcionando ao próprio idoso um sentimento de autoestima e de autonomia.

Discorrido isto, este exercício de pesquisa traz como temática as práticas educativas desenvolvidas para pessoas idosas, no qual refletimos acerca das possibilidades de promoção da convivência familiar e comunitária, visto que existem diretrizes legais (Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, dentre outras) que fundamentam tais ações e práticas. Assim, limitamos nosso exercício de pesquisa nas atividades do Grupo de convivência ofertado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) localizado na cidade de Toritama-PE.

Tendo isso em vista, propusemos como problema de pesquisa: como são



trabalhadas as atividades desenvolvidas para pessoas idosas que favorecem o Envelhecimento Ativo e a convivência familiar e comunitária destinadas aos idosos? Tivemos como objetivos centrais: identificar principais questões apresentadas pelos idosos sobre velhice e envelhecimento; descrever nas práticas educativas ofertadas por organizações que trabalham com idosos quais as principais possibilidades de promoção do Envelhecimento Ativo e da convivência familiar e comunitária.

Práticas educativas em espaços não-escolares: abordagens iniciais

No que tange a educação, concebemos que a mesma se faz, é vivenciada, convivida e está presente, nos mais diferentes ambientes educativos e pedagógicos. Nesse sentido, a educação é caracterizada por sua abrangência no tocante de que para o exercício educativo não existem fronteiras nem tampouco barreiras institucionais, visto que o campo investigativo da educação se interpela e é compreendido como “gigantesco” e bastante diversificado (BRANDÃO, 1995).

No estudo do fenômeno educativo consideramos a pedagogia, na caracterização de sua cientificidade, como a ciência que tem como objeto de estudo a educação, sendo por essa razão responsável pelo estudo da educação em quaisquer espaços onde são previstos conhecimentos educativos e pedagógicos, de modo que “[...] como a toda educação corresponde uma pedagogia, também há uma diversidade de trabalhos pedagógicos para além das atividades de educação escolar e ensino” (LIBÂNEO, 2002, p. 60).

Nos ambientes não-escolares, que se diferem da escola, não são vivenciadas as práticas escolares propriamente ditas, mas um imenso conjunto de outras práticas educativas. Não tendo *a priori* à educação formal como objetivo principal, tais experiências se sustentam basilarmente nas relações socioeducativas dos grupos sociais nos quais se inserem. Dada essa vastidão do campo educativo, Libâneo (2002) reitera

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



que

O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educativas. Ora, se há uma diversidade de práticas educativas, há também uma diversidade de pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, a pedagogia dos movimentos sociais etc., e também, obviamente, a pedagogia escolar (LIBÂNEO, 2002, p. 33).

Correlacionados com a afirmação exaurida acima, entendemos que se faz necessário elucidar que as práticas educativas se dão na interação com o meio social, cultural e político. Essas práticas nos chamados “espaços não-formais” emergem com o intuito de desenvolver ações que abarquem os espaços sociais como um todo, têm o objetivo de analisar, discutir e desenvolver uma participação através de ações educativas buscando uma possível transformação para cada indivíduo de acordo o contexto de cada um. Para elucidação do conceito, Gohn (2005) corrobora sobre a educação não-formal:

[...] a Educação não-formal tem sempre um caráter coletivo que passa por um processo de ação grupal, é vivida como práxis concreta de um grupo, ainda que o resultado do que se aprende seja absorvido individualmente. O processo ocorre a partir de relações sociais, mediadas por agentes assessores, e é profundamente marcado por elementos de intersubjetividade à medida que os mediadores desempenham o papel de comunicadores (GOHN, 2005, p 104).

Os processos educativos desses espaços compreendem seus indivíduos como sujeitos e protagonistas de sua história, sujeitos políticos que pensam e agem em tudo isso. Esses espaços importantes da sociedade abarcam as atividades da educação não formal e suas práticas educativas e distribuem-se em inúmeras dimensões socioeducativas (RODRIGUES; TAMANINI, 2012).

Para Franco (2008), a intencionalidade das práticas educativas realizadas, quer

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



na escola ou em outros espaços educativos, devem ser elaboradas no coletivo pelos educadores e mediatizadas pela reflexão científica, emancipatória e crítica de profissionais formados para esse fim. Reitera ainda que galguemos uma pedagogia que tenha como foco essencial de seu trabalho o fazer educacional não só das escolas e de seus professores, mas das diversas instituições com possibilidades educativas. Assim sendo não basta apenas considerar o potencial educativo aberto pelos mais contemporâneos meios e espaços sociais, mas há que se “[...] articular meios e fins numa dimensão ética, para realmente educar e formar uma nova geração de cidadãos. Há que se pedagogizar a sociedade: uma tarefa a ser empreendida por toda a sociedade” (FRANCO, 2008, p. 79).

As práticas educativas em espaços não-escolares que nos pautamos neste trabalho correlacionam-se com a definição de Veiga (1992) como uma prática social orientada por objetivos, finalidades, conhecimentos e insere-se no contexto da prática social. De modo mais crítico e fazendo alusão à pedagogia social, pelas teorizações de Zuchetti e Moura (2007), pensamos em conceitos e práticas que nos auxiliem na compreensão desses espaços educativos em ascensão, debruçando-nos sobre os resultados dos processos educativos que envolvem sujeitos excluídos na busca por “brechas” de inclusão social e nas análises epistemológicas das ações sociais de caráter educativo.

Nesses espaços educativos “outros”, os processos se dão via compartilhamento de experiências, especialmente em espaços e ações coletivas cotidianas, de modo que a dita educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Tendo como finalidade basilar o abrir janelas de conhecimentos sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, e seus objetivos não são dados *a priori*, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo, e, portanto, um modo de educar que é construído como resultado do processo voltado para



os interesses e as necessidades dos que participam (GOHN, 2010).

Velhice e Envelhecimento Ativo

O envelhecimento refere a um processo natural que é intrínseco e progressivo, este por sua vez caracterizado por variadas transformações biológicas, morfológicas, sociais e psicológicas, que acometem de forma particular cada indivíduo de sobrevivência prolongada (BRUNO et al., 2016). Esse processo natural é entendido como parte integrante e fundamental no curso de vida no qual emergem experiências e características próprias, diferindo quanto à complexidade no processo de formação do indivíduo idoso (MENDES, 2005).

Nessa perspectiva, abordaremos acerca das concepções sobre tal temática *a priori* tomando como norteador das reflexões o texto de Isolda Belo “Do corpo à alma: o disciplinamento da velhice”. Nesse texto, Belo (2011) apresenta a ideia de que os novos conceitos ou discursos produzidos sobre a velhice continuam construindo modelos de comportamento para a pessoa idosa, conceitos estes estruturados a partir da biologização e homogeneização da velhice, sendo responsáveis pela criação de formas não inclusivas de viver dessa fase da vida.

Ao adentrar na discussão das teorias sobre a velhice, buscaremos a partir dos pesquisadores críticos dessa temática – mais especificamente a partir da autora anteriormente citada – desnaturalizar os conceitos e teorias elaboradas, para que não haja “[...] a normatização de uma velhice plenamente uniformizada” (BELO, 2011, p. 106). Esses estudos sobre a velhice produziram ao longo dos anos uma apologia à juventude em detrimento de uma reflexão mais aprofundada acerca da problemática do coletivo idoso. Dentre essas teorias, elencaremos as principais abordadas por Belo (2011), que afirma serem desenvolvidas a partir da década de 60, são elas: a Teoria da Desvinculação ou Desengajamento e a Teoria da Atividade

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Belo (2011, p. 111) afirma que na Teoria da Desvinculação:

Os autores defendem a ideia que de há uma tendência natural de afastamento recíproco entre a pessoa que envelhece e a sociedade. Esse processo é, segundo os teóricos da Desvinculação, universal, gradual constituindo-se uma tendência normal derivada dos ritmos biológicos. Esse afastamento realiza-se de maneira satisfatória e pressupõe, por um lado, que as pessoas idosas se preparam para este retiro, considerando-o como a oportunidade de liberação de suas responsabilidades e demandas sociais. Por outro lado, a sociedade também aceita esse gradual afastamento, como uma evolução natural que permite a renovação das posições anteriormente por elas ocupadas. O isolamento, portanto, apresenta-se como alternativa desejável em nível individual e macro-social. Nessa abordagem, a ruptura com o contexto social é uma expectativa e um desejo vividos reciprocamente entre a sociedade e aqueles vão envelhecendo.

Em contrapartida, segundo Belo (2011, p. 112), a Teoria da Atividade afirma que

A velhice satisfatória só é possível através do permanente desenvolvimento de atividades. A ideia básica defendida é a de que a satisfação pessoal está intrinsecamente relacionada com a intensidade da realização de ações no cotidiano da pessoa idosa. Um nível de atividade elevada corresponde a um moral elevado. Essa teoria argumenta que a privação de suas funções ou papéis sociais, leva a pessoa idosa a um estado de anomia, ou seja, de ausência de normas que conduz a perda das referências de suas relações sociais. Para que isto não ocorra, é necessária a definição de novos papéis que substituam os anteriores de forma a permitir um rearranjo de suas posições nas estruturas da sociedade. [...] os autores defendem que a identidade ou a autoimagem da pessoa idosa se estabelece a partir dos vínculos sociais. Nessa perspectiva, se reconhece que o envelhecimento traz perdas significativas decorrentes de diferentes situações, tais como: Viuvez, saída dos filhos de casa, afastamento do trabalho ou da ocupação anterior, entre outros. Por conseguinte, para manutenção da autoestima, torna-se necessário a substituição das atividades anteriores por outras de importância similar.

Nesses dois modelos teóricos, percebemos que mesmo ambos apresentando concepções diferentes, ambas convergem em seus efeitos para uma mesma direção: a exclusão da pessoa idosa. Para chegarmos a essa conclusão, necessitamos retomar o diálogo novamente com Belo (2011), para quem a Teoria da Desvinculação contribuiu fortemente para alimentar o estereótipo negativo e a discriminação por idade no mundo do trabalho,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



dando legitimidade consequentemente à exclusão e ao isolamento das pessoas idosas.

Concomitantemente à Teoria da Atividade, apesar de partir de uma concepção oposta, também se reforçou o afastamento desse grupo social da dinâmica central de uma sociedade baseada apenas na valorização do trabalho remunerado, dado que as atividades atribuídas ao coletivo idoso se restringiam apenas aos espaços periféricos e estruturas criadas especialmente para o grupo dessa faixa etária. Por fim, observamos que essas teorias “São correntes teóricas que adotam uma perspectiva de equilíbrio do sistema social através da ‘adaptação dos indivíduos’ às suas respectivas funções (ou novas atribuições) sociais” (BELO, 2011, p. 113).

Apesar da predominância dessas teorias nos estudos acerca da velhice nas décadas de 60 e 70, vale salientar mudanças que foram sendo produzidas nas concepções sobre a velhice a partir da década de 80 do século passado. Nesse sentido, sublinharemos a relevância que vem assumindo o envelhecimento populacional nos debates científicos internacionais, e sua contribuição para a mudança dos paradigmas sobre a velhice, dominantes nas últimas três décadas (BRITTO DA MOTTA, 2011).

Abordaremos neste momento sobre o que seria a Velhice e o Envelhecimento Ativo, tomando como base teórica os estudos críticos de pesquisadores (entre eles: BRITTO DA MOTTA, 2011; BELO, 2011; CASTORIADIS, 1999 apud STANO, 2001; FERRIGNO, 2003; STANO, 2001), que procuram desnaturalizar os conceitos e discursos hegemônicos acerca da velhice na atualidade.

Para começarmos nossa abordagem teórica crítica, tomaremos como discussão inicial a compreensão de velhice a partir das “significações imaginárias sociais¹”

¹ Para Cornelius Castoriadis (1999 apud STANO, 2001, p. 12), cada sociedade tem suas próprias significações imaginárias sociais que a sustenta, criando mundos singulares e específicos que precisam ser interpretados. Portanto, se cada sociedade é um “para-si”, e consequentemente, cada ser humano integrante de um mundo com seus sistemas de significações sociais, também vai se fazendo e se constituindo inserido na organização deste mundo.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



construídas por cada sociedade. Abordar a questão do envelhecimento nessa perspectiva significa “[...] entender os significados construídos por uma sociedade determinada acerca de um modo de ser para-si, em relação ao seu próprio processo de envelhecimento” (STANO, 2001, p. 12).

A partir desse pressuposto de construção de significações imaginárias sociais, Stano (2001, p. 12) afirma que a velhice

[...] é um conceito encarnado no processo social-histórico, mesmo tendo como primeira referência um processo biológico. Os significados instituídos, os modelos identificatórios vão criando uma idealidade e uma rede de sentidos que ultrapassam o meramente biológico do fenômeno do envelhecimento.

Partindo dessa premissa de significados instituídos, compreendemos que na sociedade contemporânea se produziu uma imagem negativa da velhice e do envelhecimento, isto feito por causa da valorização exacerbada da juventude, do progresso, da inovação e do consumo. Ferrigno (2003) afirma que a percepção negativa sobre a velhice se dá no ato de associar frequentemente esses sujeitos a algo ultrapassado, sem serventia e caracterizados como um processo contínuo de perdas físicas, psíquicas e sociais.

Nesse sentido, Stano (2001, p. 61), ao abordar no livro “Identidade do professor no envelhecimento” a relação entre hegemonia do trabalho na sociedade capitalista e a criação de estereótipos sociais – especificamente sobre o estereótipo de “inutilidade” da/na velhice –, afirma que

Há, no mundo moderno, juntamente com a hegemonia do trabalho, nos moldes do processo de produção industrial, um fenômeno de sincronização ou de estereotipia nos estágios de vida e o tempo se fragmenta de acordo com as fases da existência: tempo para aprender (infância e adolescência), tempo de produzir (idade adulta) e tempo de descansar (velhice). Tal fragmentação reduz a velhice ao tempo de um ócio que nada cria e também nada usufrui.

Britto da Motta (2011, p. 88), ao abordar a distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações, e conseqüentemente na redução da velhice apenas como

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



um estado de “ócio improdutivo”, reitera que

A “velhice”, assim como a “juventude”, não é uma espécie de característica substancial que acontece com a idade, mas uma categoria cuja delimitação resulta do estado (variável) das relações de força entre as classes e, em cada classe, das relações entre as gerações, isto é, da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações.

No entanto, como já ressaltamos anteriormente, concepções sobre a velhice e o envelhecimento foram sendo concebidas nos estudos científicos atuais visando à transformação do modelo de velhice enquanto sinônimo de doença e decadência para o de velhice produtiva e/ou de Envelhecimento Ativo. Entre outros estudos críticos já apresentados nesta abordagem teórica, elencamos novamente a contribuição de Isolda Belo (2011) ao tratar no texto “Do corpo à alma: o disciplinamento a velhice” sobre o que seria um envelhecimento ativo. Para essa autora, ocorreria uma grande transformação paradigmática relativa à realidade da pessoa idosa ao ser conceituado o Envelhecimento Ativo.

Parafraseando as diretrizes normativas estabelecidas no Plano Internacional para o Envelhecimento², Belo (2011) afirma que o conceito de Envelhecimento Ativo se considera o processo pelo qual se aperfeiçoam as oportunidades de bem-estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice. Nesse sentido, incorpora-se de maneira substancial a noção da pessoa idosa como um sujeito de direitos e deveres na sociedade, devendo contribuir para a dinâmica da economia.

² Na Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento realizado em Madrid, objetivou-se desenvolver uma política internacional para o envelhecimento para o século XXI. Tal Assembleia produziu a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid. O Plano Internacional para o Envelhecimento pedia mudanças de atitudes, políticas e práticas em todos os níveis para satisfazer as enormes potencialidades do envelhecimento no século XXI. Informações disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 07 mai. 2017.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



A responsabilidade pelo processo de envelhecimento passa a ser da própria pessoa, transformando a velhice numa fase obrigatoriamente saudável e produtiva. A velhice, tida como a boa idade, a melhor idade, a idade de ouro, tal como vem sendo amplamente difundida, produz o mesmo efeito que a tendência tradicional quando marginalizava as pessoas por considerá-las incapazes. Nessa nova perspectiva, as normas sobre os estilos de vida adequados às pessoas idosas impõem uma permanente produtividade e participação. É um discurso que supõe a autogestão por parte das pessoas sobre a sua situação e problemática na velhice (BELO, 2011).

Portanto, ser ativo e participativo após os 60 anos de idade, de acordo com as próprias limitações e potencialidades, não pode ser considerado apenas como um privilégio conquistado pelo idoso, mas sim um direito que deve ser garantido para todos os cidadãos. A sociedade tem o dever de promover um ambiente no qual seus idosos possam desfrutar direitos e oportunidades, após uma vida dedicada à construção dessa mesma sociedade (SIQUEIRA, 2007).

Promoção de convivência familiar e comunitária para idosos em espaços “outros”

Ao longo dos anos, os estudos e pesquisas voltados para a questão da convivência familiar e comunitária para os idosos ganharam notoriedade no meio científico. Conseqüentemente, no meio legislativo, apesar de não haver na Política Nacional do Idoso³ menção direta sobre convivência familiar e comunitária, esta abordagem foi contemplada nas demais legislações que foram sendo promulgadas ao decorrer dos anos. Trataremos dessa forma nos parágrafos seguintes acerca da importância de promoção da convivência familiar e comunitária para os idosos, explicitando o dever da família, da sociedade e do

³ A Política Nacional do Idoso (PNI), promulgada pela Lei Nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Estado em “[...] assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (BRASIL, 1994, p. 01).

Ao serem estabelecidas as disposições da Assistência Social na seção IV da Constituição Federal de 1988 como política social pública, engendrou-se a partir da mesma a obrigatoriedade de um sistema social que objetivasse o bem-estar social de todo brasileiro, prevendo garantias sociais para promoção da proteção social, integração social e da integração ao convívio e vivência familiar e comunitária. Na garantia da convivência familiar e comunitária, busca-se o enfrentamento de situações de perda de relações e exclusão social, pois, conforme lemos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁴,

[...] É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas, e sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (BRASIL, 2004, p. 30).

A promoção da convivência familiar e comunitária para idosos se apresenta como algo basilar para a derrocada das barreiras de relações criadas pelas construções culturais e políticas de discriminação e intolerâncias para com o “ser” idoso. No âmbito da convivência familiar, os idosos possuem uma possibilidade mais acentuada de interação intergeracional e de ter o desenvolvimento de seu Envelhecimento Ativo reconhecido, visto que a afetuosidade presente na família⁵ – desconsideremos aqui as famílias que maltratam os idosos e foquemos no termo de forma ampla – favorecem as relações de interação. Como afirma Britto da Motta (2011, p. 90),

⁴ Política Nacional de Assistência Social (PNAS), resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/pnas20071.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2017.

⁵ Aqui, o conceito de família mencionado é o de “[...] conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos, e ou, de solidariedade” (BRASIL, 2004, p. 41).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



A família ainda é, portanto, o âmbito social onde o idoso tem oportunidade de interagir mais direta e claramente com as várias gerações, e onde os “velhos” são vistos e tratados mais positivamente do que em outros grupos e instituições. Mais positivamente, com mais afeto, porém, nem sempre de modo igualitário, como adultos plenos, [...] mas que são, ao mesmo tempo, de conteúdo densamente afetivo e, por isso mesmo, plenas de ambivalência e ambiguidade.

Mesmo compreendendo a importância da família como um espaço benéfico para a construção do envelhecimento ativo e produtivo, faz-se necessário sublinharmos também a relevância que a relação com o social desempenha no processo de produção da convivência participativa dos idosos no contexto social. Para isso, tomaremos como arcabouço o que Mendes (2012) afirma no texto “Da adolescência à envelhecimento: convivência entre as gerações na atualidade” ao discorrer acerca de ambas as instâncias em que o envelhecido⁶ deve atuar e interagir:

Em ambas às instâncias de atuação, sobrevém a relevância da relação com o social. É no enlaçamento ao social que a envelhecimento mantém seu lugar de participação. Daí a importância da convivência com pessoas de diferentes gerações para interlocuções que podem fluir no contexto sociocultural (MENDES, 2012, p. 160).

A socialização e ligação do idoso com o social propicia maior percepção do “ser” idoso como um “ator social”, no qual são rompidas representações pejorativas em torno da velhice, bem como proporcionam ao próprio idoso um sentimento de autoestima, e de autonomia por intermédio dessas vivências sociais, visto que “[...] a socialização do idoso é fundamental para seu bem-estar, uma vez que proporciona ao idoso sentimento de autoestima, de alegria, de autonomia e troca de vivências a partir conquista de novos amigos” (ARAUJO; COUTINHO; CARVALHO, 2005, p. 120).

⁶ Mendes (2012) utiliza-se do termo “envelhecido” nessa abordagem, pois a autora se refere neste termo ao processo de envelhecimento como algo que contrasta os discursos e as representações sociais sobre o “idoso”, visto que se tem na expressão idoso o “ido” como aquele que foi, o “velho” como o obsoleto, o ultrapassado, e fora do prazo de validade.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



A percepção sobre o efeito positivo que a convivência social e comunitária acarreta na vida dos idosos foi abordada legislativamente na Política Nacional do Idoso (PNI), na qual se promulgou a criação de grupos de convivência para o acolhimento da pessoa idosa. Como lemos no Art. 9º e inciso VIII: “Estimular a formação de grupos de autoajuda, de grupos de convivência, em integração com outras instituições que atuam no campo social”.

Esses grupos de convivências estão legalmente respaldados como um dos serviços de proteção social básica prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo esse serviço executado de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)⁷ e pertencente ao núcleo de atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)⁸.

Nos grupos de convivência são discutidas questões associadas à velhice e desenvolvidas inúmeras alternativas que buscam a inserção dos indivíduos em diferentes espaços sociais, visando melhor qualidade de vida para os mesmos. O convívio em grupos de idosos se apresenta como um espaço importante para desencadear, tanto na pessoa idosa quanto na comunidade, uma mudança comportamental diante da situação de preconceito que existe nas relações

⁷ O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário (BRASIL, 2004).

⁸ O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço realizado no CRAS com grupos organizados de modo a prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, ampliando trocas culturais e de (con)vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade, fortalecendo vínculos e incentivando a convivência familiar e comunitária. Possui também um caráter preventivo, baseado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada indivíduo, prevenindo situações de vulnerabilidade social de crianças, adolescentes, jovens, e idosos. Informações disponíveis em:

http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/Tipificacao_servicos_socioassistenciais.pdf/at_download/file. Acesso em: 22 mai. 2017.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



intergeracionais. Os grupos de convivência visam, portanto, fortalecer o papel social do idoso, construindo por meio de diversas atividades (cursos de artesanato, projetos, confraternizações, atividades físicas e culturais etc.) um processo construtivo para um envelhecimento ativo, saudável e autônomo.

Diversos autores abordam em suas teorizações acerca da benesse que os grupos de convivência promovem para a vida pessoal, social e comunitária dos idosos. Trazemos as afirmações que Mattos (2008) traz no texto “O significado do grupo de convivência para idosos”, no qual a referida autora aborda o papel construtivo que esses grupos acarretam no desenvolvimento do Envelhecimento Ativo e sobre a promoção de empoderamento dos idosos como sujeitos “reflexivos e operativos”. Assim, lemos em Mattos (2008, p. 20):

No grupo de convivência, a importância de estar com o outro, as trocas de experiências, o partilhamento das dificuldades, fazem os idosos sentirem-se mais produtivos, pelo simples fato de serem aceitos, de conversarem sobre problemas semelhantes, de desenvolverem capacidades semelhantes, de olharem uns aos outros, como seres que têm desejos, lembranças, criatividade, e que podem levar ao crescimento por meio da motivação do grupo e coordenação do facilitador. Falamos em crescimento, não somente no aspecto individual, mas, também, no sentido mais amplo, ao “empoderarmos” aquelas pessoas a agirem sobre o mundo, sobre a sociedade e pessoas que vivem ao seu redor, no objetivo de torná-los sujeitos reflexivos e operativos.

Portanto, o grupo de convivência para idosos fomenta diversas formas para o empoderamento da cidadania desses sujeitos, ao passo que as atividades oferecem possibilidades de reflexão no sujeito em torno de sua condição social e suscita-lhe o interesse de participar ativamente no meio social em que vive. Mendes (2012) reitera ainda a importância das aprendizagens obtidas nesses grupos de convivência no processo de construção no próprio sujeito de uma visão de seu direito de inserção e participação no âmbito social. A autora afirma que

Essas aprendizagens [...] podem ensinar que, a despeito do peso social a que foram subjugados, a necessidade de inserção e participação de envelhecidos em distintos âmbitos sociais vem sendo uma constante. A sociedade precisa

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



acompanhar tais transformações para compreender as novas gerações de envelhecidas (MENDES, 2012, p. 99).

A convivência social e comunitária promovida por esses espaços sociais promove, portanto, o bem-estar, a alegria e a qualidade de vida na envelhecimento. Ressaltamos que esses espaços sociais educativos criam “Ao mesmo tempo, [...] uma nova imagem, mais livre e leve do idoso mais ‘jovem’, que sai da clausura familiar para encontros e atuações com pessoas do seu grupo de idade” (BRITTO DA MOTTA, 2011, p. 83). Portanto, incentivar os idosos a participarem ativamente da sociedade, seja em grupos de convivência, trabalhos sociais, cursos gratuitos e demais encontros sociais, é o caminho para a garantia de uma velhice e envelhecimento de fato saudáveis e socialmente ativos.

Percursos metodológicos

Buscando aprender e compreender mais a experiência oriunda do exercício de pesquisa proposto e com isso enriquecer tal aprendizado por intermédio da confrontação entre teoria e realidade do campo investigado, optamos por uma pesquisa de abordagem do tipo qualitativa. Compreendemos assim que na pesquisa qualitativa busca-se a compreensão dos significados das ações e atitudes expressas pelos participantes da pesquisa, possibilitando uma maior percepção das particularidades do assunto que está sendo abordado.

A partir da percepção das peculiaridades da instituição tomada como campo para este exercício de pesquisa, elencamos o método de estudo de caso como mais adequado para o referido trabalho. De acordo com Yin (2001), esse método é caracterizado pelo estudo profundo dos fatos objetos de investigação permitindo um amplo conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados. O autor afirma que “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 33).

Utilizamos também o Método de Caso Alargado, que nos permitiu ir além de uma investigação profunda, ampliando nosso olhar para além do caso investigado. Conforme Santos (1983), em vez de fixar a quantidade de casos (observações) adequados, o método de caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com vetores estruturais mais importantes das economias interacionais dos diferentes participantes numa dada prática setorial. Em vez de reduzir os casos a variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou mesmo único.

Nosso estudo se delimita ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que está localizado na Rua Celso Marques de Andrade 134, fundado no dia 2 de abril de 2014, ampliando para dois o número de espaços de referência de assistência social na cidade de Toritama-PE. O número de pessoas que trabalham na organização são 6 integrantes: 01 psicóloga; 01 agente social; 01 assistente social; 01 agente administrativo; 01 agente de serviços gerais e 01 coordenador. Possui como área de atuação geográfica um grupo de aproximadamente 06 (seis) bairros circunvizinhos, onde está localizado o CRAS, tendo como objetivo o trabalho na área social voltado para o auxílio às famílias que estão em vulnerabilidade social, propiciando-lhes dignidade.

As áreas de atuação da instituição são: serviço ao idoso e cadastros para benefícios sociais. O estabelecimento oferta os serviços aos idosos todas segundas e quartas-feiras, a partir das 9h da manhã, que consistem em oficinas de artesanato, palestras com assistente social e com a psicóloga, oficinas estas que trabalham o vínculo entre os idosos e a comunidade. Dessa forma, buscamos nessa instituição levantar os dados empíricos necessários para o confrontarmos entre teoria/prática, e estudamos as ações que foram desenvolvidas no referido CRAS no período de 2017.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



O trabalho de coleta de dados foi realizado com um grupo de idosos/participantes do referido exercício de pesquisa e com mais três participantes exclusivos. Os participantes escolhidos para estabelecermos um diálogo e/ou observação para fins desta pesquisa foram os seguintes: idosos frequentadores do Grupo de Convivência ofertado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); oficinaira que ministra algumas oficinas educativas; psicóloga que presta serviços no referido CRAS; e assistente social do referido estabelecimento.

Utilizamos também a entrevista semiestruturada na coleta dos dados, pois compreendemos a mesma como uma forma de interação social. A entrevista: “[...] mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 109). Não escolhemos fazer as entrevistas mais estruturadas por elas predeterminarem em maior grau as respostas a serem obtidas; optamos pelas menos estruturadas e/ou semiestruturadas, visto que “[...] são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação” (GIL, 2008, p. 111). Assim, na entrevista do tipo semiestruturada, o entrevistador tem um conjunto de questões predefinidas, porém também tem a liberdade para colocar outras questões que surjam no decorrer da entrevista. Portanto, as questões pré-definidas foram um norte para os pesquisadores, mas não ditaram a forma como a entrevista foi conduzida.

Em nosso exercício de pesquisa e para fins desta investigação utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo para tratarmos os dados coletados. Parafraçando Gil (2008), a análise de conteúdo se desenvolve em três fases principais, que seriam: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos dados, inferência e interpretação. Portanto, a Análise de Conteúdo é uma técnica de investigação que, por meio de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo presente nas comunicações/informações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas



comunicações. Por fim, a análise dos dados coletados (Entrevistas, Notas de Campo⁹, Observação participante) foi sistematizada e realizada conforme as categorias explicativas desveladas dos temas aflorados.

Dados e resultados: o caso do Centro de Referência e Assistência Social em Toritama-PE

Práticas Educativas e Promoção do Envelhecimento ativo

Neste momento, buscando intensificar a experiência através das contribuições dos participantes deste exercício de pesquisa, discorrer-se-á sobre o que esses sujeitos concebem acerca de cada conceito teórico abordado neste presente trabalho. *A priori* trazemos a percepção dos idosos, que frequentam o grupo de convivência ofertado pelo CRAS, sobre sua definição de velhice; as respostas foram resultadas de um tipo de “roda de entrevistas” com os idosos. Ao perguntarmos “O que é velhice para o(a) senhor(a)?”, os idosos responderam que:

Idosa 1: *A velhice é uma conquista, eu conquistei a velhice.* [Idosa demonstrando alegria no semblante]

Idoso 3: *Depois de velho já era, ser novo é uma coisa, ser velho é outra.... já era, já era...*

Idosa 2: *Eu acho que é uma pessoa que viveu muito, eu acho que vivi muito, graças a Deus eu vou viver mais.* [Risos]

Idosa 6: *É que a gente ficou com cabelo branco, e é muito bom.*

Idosa 4: *É bom quando era nova, agora é só tristeza. Eu sou uma alma penada, eu não sou feliz, mas pelo menos aqui a gente de distrai, né?! (DIÁRIO DE CAMPO, 05/06/2017).*

Percebemos nessas afirmações que, ao buscarmos entender os significados construídos acerca de um modo de ser para-si em relação ao seu próprio processo de envelhecimento, a dicotomia existente na definição da velhice e do envelhecimento. Uns

⁹ Nos dados resultados deste trabalho, traremos as falas dos idosos tal como foram expressas por eles, optando por não modificá-las a partir da variedade padrão, o que seria ver de forma pejorativa os modos de falar e as variações linguísticas presentes, assim, concebemos como essencial para tomá-los como sujeitos produtores de conhecimentos outros.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



definem esse processo como “uma conquista”, outros como algo apenas biológico e possuidor unicamente de perdas, como dito em “Depois de velho já era” e “É bom quando era nova, agora é só tristeza”.

Buscamos também uma abordagem advinda do campo empírico sobre esse conceito com a psicóloga do CRAS. Para a referida profissional:

Existe no imaginário popular, uma imagem de que ao longo do tempo à vida está, na juventude, subindo uma montanha e adquirindo coisas, e depois, na velhice, se vai descendo a montanha e perdendo as coisas que se adquiriu. Acho essa imagem da velhice errada, desesperançosa e sem alternativas. Prefiro outra: o curso da vida é uma estrada que percorremos; a cada fase, ela atravessa uma paisagem diferente; não necessariamente as paisagens do início da vida são amenas e floridas e as do fim da vida ásperas e improdutivas. Para cada pessoa o desenrolar das paisagens segue uma ordem diferente, e tem uma duração diferente. O segredo de se viver bem é perceber que a paisagem mudou, e se adaptar ao novo que lhe é oferecido, sem ficar agarrado a coisas que foram úteis na fase anterior, mas que agora não servem para mais nada. A velhice é algo saudável, é uma construção que deve começar cedo na vida do indivíduo, em atividades de promoção de saúde (ENTREVISTA, 17/08/2017).

Para concatenarmos, trazemos as contribuições da assistente social que presta serviço no CRAS tomado como campo deste exercício de pesquisa:

Velhice? Eu acho que velhice simboliza uma conquista da humanidade, pois isso significa melhora da qualidade de vida em termos de acesso aos serviços de saúde e avanço das políticas que asseguram os direitos dos idosos. A velhice não é uma coisa ruim que só traz perdas e limitações, eu creio que a velhice não é uma perda do papel social, é uma convenção social instituída por um sistema que anula os direitos dos idosos, e resulta em um não reconhecimento do idoso (ENTREVISTA, 24/08/2017).

Com relação ao Envelhecimento Ativo, que seria o processo pelo qual se otimizam oportunidades de bem-estar físico, social e mental com o objetivo de ampliar

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



a expectativa de vida saudável e a produtividade e qualidade de vida na velhice, percebemos que nas ações realizadas pelo CRAS esse objetivo é de fato alcançado. Tomamos como exemplo as falas proferidas pelos participantes do exercício de pesquisa acerca da atividade de dança realizada com os idosos(as), na qual a regente da aula disse que, nessa atividade:

Quando dançam, eles fazem um esforço maior para memorizar a sequência dos passos e precisam se concentrar para não invadir o espaço do parceiro. Além disso, se lembram de experiências e sensações vividas no passado, quando a música os remete à juventude (OFICINEIRA, DIÁRIO DE CAMPO, 28/09/2017).

Em seguida, os idosos(as) afirmaram que:

Idoso 1: *Oxe, dança é um bom demais, demais, o povo diz que não é coisa de velho não mais quem ainda forrozêia é eu. [Risos]*

Idosa 3: *Olha, eu acho que é para quem gosta, minha filha, eu não gosto mas para quem gosta deve ser bom, se sente novo, né?!*

Idosa 5: *É bom demais, não existe esse negócio de ser velho e não podê dançar, nós é véi mas isso não existe, ajuda a gente a se sentir jovem e importante de novo (DIÁRIO DE CAMPO, 28/09/2017).*

Percebemos que no processo de construção do Envelhecimento Ativo, as atividades direcionadas à manutenção dos laços sociais no envelhecimento e estabelecimento de projetos de vida contribuem, também, para a melhoria do humor e, conseqüentemente, para um envelhecimento com qualidade. Bem como ressaltamos que tais atividades propostas para os idosos ajudam na valorização da identidade pessoal e cultural dos mesmos e na valorização do “ser” idoso, pois, como afirmou a assistente social,

Quando cheguei aqui no CRAS pude perceber que alguns idosos se sentiam desmotivados, sem vontade de fazer alguma coisa. Depois de algumas conversas, depois de exercício em grupo e do envolvimento com o movimento, houve a grande mudança. Poder ser sentir “útil”, saber que mesmo com um pouco a mais de idade ainda poder fazer muito, ajuda a recuperar a autoestima e à confiança deles. Eu percebo que esse

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



é o caminho e o propósito das atividades, buscar despertar a vontade de viver daqueles que estavam “perdidos” e “afastados” (ENTREVISTA, 24/08/2017).

O que foi confirmado pelos próprios beneficiários, ou seja, os(as) idosos(as), dizendo:

Idosa 2: *Eu gosto de tudo, eu gosto de fazer as coisas e se sentir útil, né?!*

Idoso 3: *O povo diz que véi num serve pra nada né, mai é mentira que aqui nois faz de tudo. Ele ensina pra gente ter orgulho da idade e que nois tem muito direitos. Nois é véi, mas é gente e não tá morto. [Risos]*

Idoso 2: *Oxe, gosto demais daqui. Vixe meu fí, eu vivia sozinha em casa o dia todo. Nois fica sozim e isso deixa triste, né?! Aqui a gente aprende que mermo sendo véi, nois pode participar das coisas e ter serventia, né? (DIÁRIO DE CAMPO, 05/10/2017).*

Em suma, percebemos que o “fazer” algo estando nessa idade especial da vida constitui-se uma ação significativa para os idosos, os mesmos não mais se veem como sujeitos improdutivos e “sem serventia”. Podemos perceber que os conceitos ou discursos produzidos sobre a velhice continuam construindo modelos de comportamento para a pessoa idosa, estruturados a partir da biologização e homogeneização da velhice, sendo estes responsáveis pela criação de formas não inclusivas de viver essa fase da vida.

Há também os conceitos que dissertam sobre a velhice que produziram ao longo dos anos uma apologia à juventude e um detrimento sobre uma reflexão mais aprofundada acerca da problemática do coletivo idoso. Esses são caracterizados pela legitimação do afastamento do coletivo idoso que associa esse período da vida à ideia de pobreza, improdutividade, passividade, doença e conservadorismo, ao mesmo tempo em que estimulam a valorização da juventude. No entanto, novas concepções teóricas críticas impeliram o reconhecimento da pessoa idosa como um novo ator social, e que,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



portanto, o envelhecimento deve ser potencializado de forma ativa e produtiva. Em suma, nas transformações conceituais, além de apontar para uma perspectiva da velhice como uma construção social e plural, também se almeja uma possível transformação de atitude política e social no que tange o trato para com essa etapa da vida.

Promoção de convivência familiar e comunitária para idosos

Para compreendemos a possibilidade de promoção da convivência familiar e comunitária que as atividades educativas ofertadas para os idosos oferecem, tomaremos a princípio o que dizem os próprios idosos acerca das benesses oriundas das ações do grupo de convivência. Ao indagarmos informalmente sobre isso, os idosos disseram que:

Idosa 3: Em tudo meu filho, tem felicidade, tudo é alegria, e na saúde também porque nós num fica triste e não dá depressão, né?!

Idoso 1: Oxe, ajuda demais, porque nós se ajunta pra conversar e rir, todo mundo fica unido, e hoje em dia é difícil isso, né?! O povo só que fazer maldade né?!

Idosa 5: Como Maria disse né, ajuda em tudo. Aqui é como se fosse minha família, a gente é ouvido aqui, e isso é muito bom, né?!

Idosa 4: O CRAS é um consolo, né?! (DIÁRIO DE CAMPO, 05/10/2017).

Ressaltamos também as informações da psicóloga acerca dos benefícios psicossociais que as atividades desenvolvidas no grupo de convivência acarretam nos idosos do CRAS. Com relação a sua percepção de como que as atividades propostas para os idosos ajudavam na valorização da convivência familiar e comunitária dos mesmos e no enfrentamento das “perdas” que vêm com essa fase da vida, a psicóloga disse:

Quando a perda ocorre, a pessoa fica fragilizada, indefesa, desorientada. Felizes as que se preparam para as perdas antes de elas ocorrerem, de modo a estarem mais aptos e mais fortes quando elas vierem. Seu tempo de recuperação será mais curto, e a energia gasta para se reequilibrar será menor. Tal preparação envolve: ter uma ocupação ou um trabalho;

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



cultivar uma rede de relações sociais e afetivas com pessoas de diversas faixas etárias; cultivar o bom humor; desenvolver a espiritualidade; desenvolver a flexibilidade; aprender a aceitar ajuda de outros; conhecer-se, refletir sobre o que lhe acontece, reconhecer seus sentimentos. Daí entra a importância das atividades do CRAS, pois elas facilitam o alcance desses itens, seja ela para a pessoa se fortalecer e crescer interiormente, seja para aliviar o luto por alguma perda significativa. E sem sombra de dúvida, isto só vem a fortalecer os laços e vínculos pessoais, sociais e familiares (ENTREVISTA, 17/10/2017).

A assistente social também se expressou com relação a esse assunto, afirmando que:

Bem, de acordo com a minha visão eu acho que sim, pois, além de ser um espaço de socialização e de confraternização, aqui nós orientamos os idosos quanto aos seus direitos e deveres, buscamos oferecer apoio aqueles que passam por problemas na família, ou que se sentem excluídos, desmotivados. Acho que através dessas atividades estamos dando oportunidades a eles, e de alguma forma contribuindo para sua inclusão e igualdade na sociedade (ENTREVISTA, 24/10/2017).

No que tange o bem-estar social e emocional dos idosos e sua convivência comunitária, a psicóloga afirmou que os grupos de convivência o favorecem, pois

Uma das necessidades principais do ser humano é a de pertencer. Pertencer a uma família, a um país, a uma empresa ou profissão, a um clube, a um partido político... É por esse caminho que uma pessoa se reconhece, que se sente com uma determinada identidade. O idoso que encontra um espaço que lhe agrada e se sente pertencendo a ele tem uma boa vantagem para a sua qualidade de vida. Outra necessidade humana fundamental é a de conviver com outras pessoas. O preço de quem não consegue isso é o amargo sentimento de solidão. Pertencer e conviver, sentir-se útil, trocar afetos, aprender, confirmar a própria identidade, abrir novas áreas na vida favorecem a saúde emocional e física de qualquer pessoa, incluindo-se a do idoso. Atividades direcionadas à manutenção dos laços sociais no envelhecimento e estabelecimento de projetos de vida contribuem, também, para a melhoria do humor e, conseqüentemente, para um envelhecimento com qualidade (ENTREVISTA, 17/10/2017).

E novamente a assistente social do CRAS, referindo-se sobre os grupos de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



convivência, afirmou:

[...] além de ser um espaço de socialização e de confraternização, aqui nós orientamos os idosos quanto aos seus direitos e deveres, buscamos oferecer apoio àqueles que passam por problemas na família, ou que se sentem excluídos, desmotivados. Acho que através dessas atividades estamos dando oportunidades a eles, e de alguma forma contribuindo para sua inclusão e igualdade na sociedade (ENTREVISTA, 24/10/2017).

As atividades são direcionadas sempre para o convívio e cooperação de uns com os outros. Observamos que existiam alguns idosos tímidos e reservados, mas os mesmos, de uma forma ou de outra, interagiam aos poucos e começaram a discutir sobre as atividades. A fala que será descrita abaixo foi a de uma idosa que, ao chegar ao grupo depois do começo das atividades, não encontrou todos os materiais para fazer a sua peça de artesanato, mas os idosos distribuíram entre eles materiais necessários para que ninguém ficasse sem fazer o artefato, algo que demonstra mais uma vez o fortalecimento da convivência comunitária e social entre os que fazem parte do grupo de idosos. Observamos isso na fala para *Idosa 4*: “Eu ganhei tudo, uns me deram uma coisa e deu para fazer meu enfeite, meu artesanato, o povo aqui é bondoso com a gente, não deixa ninguém sem fazer nada” (DIÁRIO DE CAMPO, 12/09/2017).

Observamos mais uma vez que o espaço do CRAS possibilita que os idosos tenham momentos de conversações e convívio, no qual percebe-se que eles gostam e se sentem bem em ter pessoas que os “ouçam”. Constantemente os idosos ficam perguntando uns aos outros acerca dos idosos que faltaram, bem como conversam com a técnica do dia sobre a possibilidade de visita a estes idosos. Observamos com isso o vínculo comunitário criado pelos idosos com os demais, no qual a ausência dos “compadres” causa incômodos.

No espaço do PAIF (nome da sala onde ocorrem as reuniões) se percebe a

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



interação dos idosos uns com os outros, pois os mesmos compartilham experiências, memórias, problemas pessoais, doenças enfrentadas, dentre tantos outros assuntos. A promoção da convivência familiar e comunitária para idosos apresenta-se como algo basilar para a derrocada das barreiras de relações criadas pelas construções culturais e políticas de discriminação e intolerâncias para com o “ser” idoso. No âmbito da convivência familiar, os idosos possuem uma possibilidade mais acentuada de interação intergeracional e de ter o desenvolvimento de seu envelhecimento ativo reconhecido, visto que a afetuosidade presente na família favorece as relações de interação.

Sublinhamos também a relevância que a relação com o social desempenha no processo de produção da convivência participativa dos idosos no contexto social. Como se constatou, a socialização e ligação do idoso com o social propicia maior percepção do “ser” idoso como um “ator social”, rompendo representações pejorativas em torno da velhice e proporciona ao próprio idoso um sentimento de autoestima e de autonomia por intermédio dessas vivências em grupos sociais. Nos grupos de convivência para idosos foram discutidas questões associadas à velhice e desenvolvidas inúmeras alternativas que buscam inserir esses indivíduos em diferentes espaços sociais, almejando assim melhor qualidade de vida. Portanto, o convívio em grupos de idosos se apresenta como um espaço importante para desencadear, tanto na pessoa idosa quanto na comunidade, uma mudança comportamental diante da situação de preconceito que existe nas relações intergeracionais.

Estatuto do Idoso e formas de fortalecimento e promoção de empoderamento

Dentre as ações desenvolvidas no CRAS para o público idoso, mensalmente é ofertada uma palestra, ministrada pela assistente social sobre os direitos do idoso e seus respectivos aparatos legais (Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso). Em uma dessas palestras, a referida profissional falou sobre a importância do Estatuto do Idoso para a

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



garantia da cidadania e da coletividade dos idosos no Brasil; disse que o mesmo

É como uma ferramenta legal para garantia de todos os direitos que são negados após a velhice. Está nele falando sobre a qualidade de vida, autonomia, integração social, e participação efetiva dos idosos na sociedade. Se existe essa legislação, então o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (DIÁRIO DE CAMPO, 26/09/2017).

Abordando também acerca da Política Nacional do Idoso (PNI), a assistente social disse que a política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Essa percepção das legislações beneficentes para o coletivo idoso foi reafirmada nas palavras da própria assistente social, que, ao ser questionada acerca da importância do conhecimento das políticas públicas para os idosos (Estatuto do Idoso, Política do idoso etc.) para quem trabalha no CRAS, afirmou que

O papel do assistente social na instituição é garantir o direito de qualidade de vida dos idosos residentes, na qual cada assistente social tem que realizar um trabalho de qualidade da instituição, para tanto tem que ter um mínimo de conhecimento sobre a política do idoso, saber passar informações, acolher e acompanhar as atividades dos idosos. O conhecimento das políticas faz com que o assistente social tenha uma autonomia dentro da instituição, conhecendo melhor a realidade dos idosos para melhor intervir e promover ações de bem-estar e lazer. Elas garantem a qualidade de vida, autonomia, integração social, e participação efetiva dos idosos na sociedade. O Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar (ENTREVISTA, 24/10/2017).

Percebemos que essas ações de conscientização de fato favorecem o fortalecimento da construção da cidadania desse grupo social, e que também cumprem o papel político de valorização do “ser” idoso como um sujeito de direitos. Ao final da palestra proposta, a

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



responsável terminou fazendo perguntas acerca do tema tratado e o que os idosos aprenderam. A seguir, estão descritas as falas dos idosos que se pronunciaram:

Idosa 3: *Oxe, nois tem direito a isso tudo, né?! Virge-maria, nois é importante e não sabia. [Risos]*

Idosa 5: *Os idoso têm direito, né?! E também precisa ser respeitado, não é porque a gente tá velho que não tem, né?! (DIÁRIO DE CAMPO, 26/09/2017).*

Concebemos que, para os participantes deste exercício de pesquisa, o arcabouço legal primordial na construção de um envelhecimento ativo são as legislações que compreendem o envelhecimento como uma etapa natural do ciclo vital, e que também apontam para a necessidade de proteção jurídica e institucional da pessoa idosa. Porém, também é necessário conhecer “[...] melhor a realidade dos idosos para melhor intervir e promover ações de bem-estar e lazer” (ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL, 24/10/2017).

Ao longo dos anos, a questão do envelhecimento obteve inúmeros avanços e transformações no que tange a legislação, formulação de leis e elaboração de declarações e programas em prol da defesa do idoso, passando a garantir os direitos fundamentais do coletivo idoso. Todos os principais artigos e parágrafos que garantem os direitos fundamentais da pessoa idosa visam promover a qualidade de vida, autonomia, integração social e participação efetiva dos idosos na sociedade.

Como menção honrosa, o Estatuto do Idoso representa um avanço democrático na construção da cidadania da pessoa a partir de 60 anos de idade, no que tange a proposição de direitos a serem respeitados e também o próprio conceito e construção social e discursiva do “idoso”, transformando-o e fazendo emergir um novo modo de compreender a pessoa nessa etapa vital que passa a reivindicar sua real participação social. Em suma, não é apenas um privilégio conquistado pelo idoso, mas sim um direito que deve ser garantido a

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



todos os cidadãos, e a sociedade tem o dever de promover um ambiente no qual seus idosos possam desfrutar direitos e oportunidades, após uma vida dedicada à construção dessa mesma sociedade.

Considerações parciais

Retomamos nestas conclusões parciais para a pergunta inicial que deu origem ao nosso exercício de pesquisa: como são trabalhadas as atividades desenvolvidas para pessoas idosas que favorecem o Envelhecimento Ativo e à convivência familiar e comunitária, de acordo com o Estatuto do Idoso e demais legislações destinadas aos idosos? Temos a dizer que nossa resposta à pergunta que norteou este trabalho é que as atividades ofertadas para os idosos no CRAS pesquisado para os idosos (oficina de dança, oficina de artesanato, palestras etc.) são direcionadas para a manutenção dos laços sociais no envelhecimento e para o estabelecimento de projetos de vida que contribuam também para um envelhecimento com qualidade de vida.

Ressaltamos também que, mesmo havendo para alguns dos idosos a significação construída acerca de um modo de “ser” em relação ao seu próprio processo de envelhecimento como algo possuidor unicamente de perdas, as atividades propostas ajudam na valorização da identidade pessoal e cultural dos mesmos e na valorização do “ser” idoso. Essas atividades, que visam potencializar oportunidades de bem-estar físico, social e mental dos idosos com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice, são de fato realizadas no CRAS que foi pesquisado.

Compreendemos a possibilidade de promoção do Envelhecimento Ativo e da convivência familiar e comunitária para os idosos frequentadores do CRAS, pois, nas ações educativas, são possibilitadas benesses psicossociais aos idosos. Ter uma “ocupação” e/ou “algo para fazer” os fazem cultivar uma rede de relações sociais e

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



afetivas com pessoas de diversas faixas etárias, promovendo o bem-estar pessoal e fortalecendo os laços e vínculos pessoais, familiares e sociais.

Além de um espaço de socialização e de confraternização, o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS possibilita o “pertencer” e o “conviver” aos idosos, sentir-se útil, trocar afetos, aprender, confirmar a própria identidade, abrir novas áreas na vida que favoreçam a saúde emocional e física do idoso. Os resultados deste exercício de pesquisa revelam que nos grupos de convivência para idosos ocorre a promoção do Envelhecimento Ativo e da convivência familiar e comunitária para idosos conforme as diretrizes jurídicas e legais. O convívio em grupos para idosos que trabalham práticas educativas apresentou-se como um espaço de reflexão e conscientização importante para desencadear, na pessoa idosa e no meio social em que esta vive, uma mudança comportamental diante da situação de preconceito que existe nas relações entre gerações, idades e sujeitos. Portanto, viver um envelhecimento ativo e participativo socialmente é mais que um privilégio alcançado pelo idoso, é também um direito que deve ser garantido, promovido e vivido em uma sociedade na qual seus idosos, outrora jovens, possam desfrutar de direitos e oportunidades.

Referências

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; CARVALHO, Virgínia Ângela Menezes de Lucena e. Representações Sociais da Velhice entre Idosos que Participam de Grupos de Convivência. **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 25 nº 1, Brasília, Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000100010>. Acesso em: 02 jul. 2017.

BELO, Isolda. Do corpo à alma: o disciplinamento da velhice. In: LAFAYETTE DE ALMEIDA, Conceição; LONGHI, Marcia (Org.). **Etapas da vida: jovens e idosos na contemporaneidade**. Recife: Universitária da UFPE, 2011, p. 105-122.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** 33.ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.

BRASIL. Decreto no 1.948, de 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 12277, 1996.

_____. **Estatuto do Idoso**. Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003. Diário Oficial da União 2003.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Envelhecimento e relações entre gerações. In: LAFAYETTE DE ALMEIDA, Conceição; LONGHI, Marcia (Org.). **Etapas da vida: jovens e idosos na contemporaneidade**. Recife: Universitária da UFPE, 2011, p. 81-104.

BRUNO, R. S. ; BIAGGIO, E. P. V. ; FOLGEARINI, J. S. ; OPPITZ, S. J. ; FEDOSSE, E. ; GOIS, M. ; PELISSARI, I. G. ; LOPES, L. F. ; GARCIA, M. V. Envelhecimento e Processamento Auditivo: Análise de diferentes condições. **Revista estudos interdisciplinares do envelhecimento**, v. 21 n° 3 – Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/80748/47360>>. Acesso em: 02 Jun. de 2017.

FERRIGNO, José Carlos. **Co-educação entre gerações**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Sesc 2003.

FRANCO, Maria Amélia S. Para um currículo de formação de pedagogos: indicativos. In: PIMENTA, Selma G. (org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 101-129.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez. 3.ed. 2005.

_____. **Educação não-formal e educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época, v.1).

LIBÂNEO, J. C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 59-97.

MATTOS, Emanuela Bezerra Torres. **O significado do grupo de convivência para idosos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza: Fortaleza, 2008.

MENDES, Tania Maria Scuro. **Da adolescência à envelhecimento**: convivência entre gerações na atualidade. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2012.

MENDES, Márcia R. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 4, out./dez. 2005.

RODRIGUES, D. L; TAMANINI, E. Educação não-formal e Movimentos Sociais: Práticas Educativas nos Espaços não escolares, 2012. **IX ANPEd Sul**: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: http://www.uces.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped_sul_2012/programacao/anped.pdf . Acesso em: 12 jul. 2017.

STANO, R. C. M. T. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo: Cortez. 2001.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de. Velhice e políticas públicas. In: NERI, Anita Liberalesso (Orgs.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC/SP, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do “Skylab”. **Revista Crítica**, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 2º ed. Campinas: Papirus, 1992.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



2001.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana P. G. Explorando outros cenários: Educação Não Escolar e Pedagogia Social. **Revista Unisinos de Educação**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

Sobre os Autores

Amós Santos Silva

Graduando em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA), bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e é membro do GEECAMPO (Grupo de Estudo e Pesquisa da Educação do Campo), e do Grupo de pesquisa Formação de Professor e Profissionalização Docente (UFPE/CAA). Desenvolvendo pesquisas acadêmicas para os referidos grupos de pesquisa e estudo, bem como para disciplinas obrigatórias. Email: amossantoss10@gmail.com

Allene Carvalho Lage

Pós-doutora em Direitos Humanos pelo PPGDH/UFPE (2016). Pós-doutora em Educação na UFRGS (2012). Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2006). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (2001). Graduada em Administração - Faculdades Integradas Anglo Americano - RJ (1993). Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco. Ingressou em março de 2006, lotada no Centro Acadêmico do Agreste (Caruaru). Professora do Curso de Pedagogia, e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea e do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos. Professora Visitante da Universidade de Salamanca, na Espanha em 2010, selecionada pelo CNPq. Coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina da UFPE/CAA. Email: alnelage@gmail.com

Recebido em: 30/05/2018

Aceito para publicação em: 21/06/2018